



**Stone Cartões Instituição
de Pagamento S.A.**

**Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Índice

Balancos patrimoniais	1
Demonstração dos resultados	2
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	3
Demonstração dos fluxos de caixa	4
Notas explicativas às demonstrações financeiras	5

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Circulante		46.704	138
Caixa e equivalentes de Caixa	4	43.789	130
Disponibilidades		43.779	130
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10	—
Instrumentos financeiros		2.890	5
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	5	3.087	5
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1	(197)	—
Outros créditos		25	3
Impostos e contribuições a compensar		5	—
Outros ativos		20	3
Não circulante		269	54
Realizável a longo prazo		269	54
Instrumentos financeiros		269	54
Contas a receber	9	269	54
Total do Ativo		46.973	192
Passivo			
Circulante		43.617	154
Instrumentos financeiros		3.127	3
Obrigações por transações de pagamentos	6	3.127	3
Outras obrigações		40.489	150
Provisão para pagamentos a efetuar	7.1	544	124
Impostos e contribuições a recolher	7.2	89	17
Outros passivos	7.3	39.857	9
Passivos não circulante		65	34
Outras obrigações		65	34
Provisão para pagamentos a efetuar	7.1	51	23
Provisão para contingências	7.4	10	—
Contas a pagar	9	4	11
Patrimônio líquido		3.292	4
Capital social	8.1	4.401	401
Reserva de capital	8.2	332	73
Prejuízos acumulados	8.3	(1.442)	(470)
Total do passivo e Patrimônio líquido		46.973	192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos resultados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Receitas operacionais		56	—
Receita de prestação de serviços		56	—
Resultado bruto da intermediação financeira		(197)	—
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa		(197)	—
Outras receitas (despesas) operacionais		(746)	(469)
Custo dos serviços prestados	10	(374)	(35)
Despesas administrativas	11	(119)	(29)
Despesas de pessoal	12	(455)	(405)
Despesas de provisões		(10)	—
Outras receitas operacionais		220	—
Outras despesas operacionais		(8)	(1)
Resultado operacional		(886)	(469)
Resultado antes da tributação		(886)	(469)
Participações no lucro		(85)	—
Prejuízo do período		(972)	(469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)



		Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1	—	(1)	—
Aumento de capital	8.1	20.000	—	—	20.000
Capital a integralizar	8.1	(19.600)	—	—	(19.600)
Pagamento baseado em ações	8.2	—	73	—	73
Prejuízo do período	8.3	—	—	(469)	(469)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		401	73	(470)	4
Integralização de capital	8.1	4.000	—	—	4.000
Pagamento baseado em ações	8.2	—	259	—	259
Prejuízo do período	8.3	—	—	(972)	(972)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		4.401	332	(1.442)	3.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Prejuízo do período		(972)	(469)
Ajustes ao prejuízo:		488	73
Receitas financeiras, líquidas		(1)	—
Despesas financeiras, líquidas		23	1
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa		197	—
Provisão para contingências		10	—
Pagamento baseado em ações	8.2	259	73
Variações nos ativos e passivos		40.143	114
Valores a receber relativos a transações de pagamentos		(3.082)	(5)
Outros créditos		(16)	(3)
Contas a receber		(215)	(54)
Impostos e contribuições a compensar		(5)	—
Obrigações por transações de pagamentos		3.124	3
Provisão para pagamentos a efetuar		447	147
Impostos e contribuições a recolher		72	17
Outros passivos		39.825	9
Contas a pagar		(8)	—
Caixa líquido das atividades operacionais		39.659	(281)
Integralização de capital	8.1	4.000	400
Caixa líquido das atividades de financiamento		4.000	400
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		43.659	119
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		130	11
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		43.789	130
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		43.659	119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A.. (“Companhia” ou “Stone Cartões”) com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 601, 6º andar, CEP 05425-902, foi constituída em 26 de agosto de 2019.

A Companhia tem como atividades o fornecimento e administração de vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte, vale-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros oriundos de tecnologia adequada, incluindo assessoria e consultoria dos respectivos serviços; participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou exterior, cujo objeto social seja relacionado, necessário ou conveniente à consecução do objetivo social da Companhia, e a administração de seus próprios bens de renda; realização e/ou participação em empreendimento comerciais ou negócios; e processamento de dados, disponibilização de informações e/ou funcionalidades, inclusive por meio de plataforma digital, desde que necessárias ou convenientes à consecução do objeto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia era controlada pela STNE Participações S.A., empresa que detinha 99,9% das ações da Companhia, e pela DLPPar Participações S.A., empresa que detinha 0,1% das ações. Ambas possuem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código “STNE”, constituída nas Ilhas Cayman.

Em maio de 2022 a controladora STNE Participações S.A, legítima proprietária de 999 ações ordinárias, representativas de 99,9% do capital social da Companhia, vendeu a totalidade dessas ações para a Stone Instituição de Pagamento S.A., tornando-a a nova controladora da Companhia.

Em 04 de maio de 2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de “STN Benefícios S.A.” para “Stone Cartões Instituição de Pagamentos S.A.”, além disso foi alterado o objeto social da Companhia para incluir as atividades de:

- (a) Prestação de serviços administrativos e de assessoria, incluindo, mas não se limitando, a veiculação de publicidade, desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira e demais serviços associados ao oferecimento de instrumentos de pagamento;
- (b) Emissão, administração e gestão de contas de pagamento vinculadas a instrumentos de pagamento;
- (c) Prestação de serviço análise de crédito, bem como de eventual cobrança; e
- (d) Oferecimento de programas de fidelidade e benefícios, bem como realização de parcerias para divulgação de bens e serviços oferecidos por empresas parceiras nos programas de fidelidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e convergentes às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir.

Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

3.1. Classificação como circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios.

O modelo de negócios da Companhia se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.2.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir.

3.2.1.2.1. Ativo financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Valores a receber relativos a transações de pagamentos, Outros ativos e Contas a receber de partes relacionadas.

3.2.1.2.2. Ativo financeiros a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas)

Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

3.2.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais)

Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

3.2.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR

Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria.

3.2.1.3. Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou
- A Companhia transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigado a restituir.

3.2.1.4. Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base.

3.2.2. Passivos financeiros

3.2.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas, Obrigações por transações de pagamentos e outros passivos

3.2.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

3.2.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria..

3.2.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Esta categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas, Obrigações por transações de pagamentos e outros passivos

3.2.2.2.3. Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.2.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo:

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

3.3. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8: as alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.4. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações à IAS 1: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificação de passivos como correntes ou não correntes.
- Alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreender os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa**4.1. Políticas contábeis**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras de alta liquidez, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

4.2. Composição do saldo

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	43.779	130
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	—
Total	<u>43.789</u>	<u>130</u>

5. Valores a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a receber transações de pagamentos	3.087	5
Total	<u>3.087</u>	<u>5</u>

5.1. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	<u>—</u>	<u>—</u>
(Constituição)/Reversão	(197)	—
Saldo final	<u>(197)</u>	<u>—</u>

6. Obrigações transações de pagamentos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações por transações de pagamentos	3.127	3
	<u>3.127</u>	<u>3</u>

7. Outras obrigações**7.1. Provisão para pagamentos a efetuar**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	594	147
Total	<u>594</u>	<u>147</u>

7.2. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IR de terceiros retidos na fonte	87	17
Outros	2	—
Total	<u>89</u>	<u>17</u>

7.3. Outros passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão Benefícios	76	9
Incentivo Bandeira Visa (a)	39.781	—
Total	<u>39.857</u>	<u>9</u>

(a) Saldo referente a incentivo recebido da Bandeira Visa . Os valores recebidos serão baixados em contrapartida à receita na medida que as condições acordadas forem cumpridas.

7.4. Provisão para contingências**7.4.1. Políticas contábeis**

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 2023, a Stone Cartões atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Companhia passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos.

Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Companhia reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, o Grupo estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira contenciosa.

- Provisões trabalhistas e cíveis - Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da companhia respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio a ser mencionado nos tópicos subsequentes. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

7.4.2. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	10	10
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10	10

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em AGE realizada em 04 de maio de 2022, ocorreu alteração na participação societária da Companhia, com a transferência das 999 ações ordinárias anteriormente pertencentes a "STNE Participações S.A" para a "Stone Instituição de Pagamento S.A."

Em AGE realizada em 29 de agosto de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 20.000, sendo 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a integralizar. No segundo semestre de 2022 ocorreram aportes parciais no total de R\$ 400 pela sua principal acionista Stone Instituição de Pagamento S.A. Em dezembro de 2023 ocorreu a integralização parcial do capital no montante de R\$ 4.000 e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 15.600, serão integralizados até 29 de agosto de 2024, conforme AGE de 26 de outubro de 2023.

.Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é representado por 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 20.000.999 ações da Stone Instituição de Pagamento S.A e 1 ação da DLPPar Participações S.A e totalmente subscritas e integralizadas.

8.2. Reserva de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Stone Cartões constituiu uma reserva adicional no montante total de R\$ 259 (R\$ 73 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 12).

8.3. Prejuízos acumulados

Dos resultados positivos do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; (ii) a provisão para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e (iii) a remuneração dos administradores, por deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social da companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram distribuídos remunerações aos administradores, uma vez que o resultado foi negativo.

9. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
<i>Stone Instituição de Pagamento S.A</i>	269	54
Contas a receber de sociedades ligadas	269	54
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
<i>Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.</i>	(4)	—
<i>STNE Participações S.A.</i>	—	(11)
Contas a pagar a sociedades ligadas	(4)	(11)

10. Custos dos serviços prestados

	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Tarifas de transferências bancárias	1	8
Tarifas de bancos (liquidante)	108	27
Processamento de transações	264	—
Total	374	35

11. Despesas administrativas

	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Serviços de terceiros e associações de classes	97	13
Tarifas bancárias	16	—
Jornais e publicações	1	12
Outras despesas administrativas	5	4
Total	119	29

12. Despesas de pessoal**12.1. Políticas contábeis****12.1.1. Obrigações de curto prazo**

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável.

12.1.2. Remuneração com base em ações

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

As condições de serviço e de desempenho que não são condições de mercado, não são levadas em consideração na determinação do valor justo na data de concessão dos instrumentos, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Empresa sobre o número de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado estão refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição.

Os detalhes dos planos da Companhia são apresentados na Nota 13. Pagamento baseado em ações.

12.1.3 Participação nos lucros e gratificações anuais

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

12.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas

A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos.

A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte:

Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado.

12.3 Movimentações

	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Salários e proventos, encargos e benefícios	168	309
Pagamento baseado em ações	287	96
Total	455	405

13. Pagamento baseado em ações

A controladora final StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável. Os colaboradores da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Conforme detalhado abaixo, a Companhia possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas ("UAR") e Unidades de Ações de Desempenho ("UAD").

O bônus anual baseado em metas do Grupo é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs.

Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista ("RTA") medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição.

13.1. Unidades de ações restritas

Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas têm valor justo ponderado médio de R\$ 49,53 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 5 anos.

13.1.1. Unidades de ações de desempenho

As UADs são classificadas como patrimônio líquido para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs confere aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista ("RTA") por um período específico. Se a condição mínima de desempenho não for atendida, as UADs não serão entregues.

O valor justo dos instrumentos é estimado na data de outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que foram concedidos, e a respectiva despesa é reconhecida ao longo do período de aquisição.

O número de UADs a serem emitidas é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,13% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da Companhia.

As movimentações ocorridas em 2023 de UARs e UADs são apresentadas abaixo:

	UARs	UADs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.584	5.494	19.078
Outorgas	1.957	—	1.957
Transferências entre empresas do grupo	2.317	—	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.858	5.494	21.035

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 287 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2022), na rubrica de Despesas de pessoal.